

O comércio fechou às portas: Itabuna e a luta dos trabalhadores do comércio pela implantação da *Semana Inglesa* (1946-1951).

Andréia Cintra Santos Brito*

Tendo o poder judiciário denegado o Mandado de segurança impetrado pelos empregadores do comércio, no próximo sábado, entrará em vigor a lei 111, que adotou a Semana Inglesa, sendo que a prefeitura espera a colaboração do comércio local (O Intransigente, 07/09/1951)

Esse anúncio foi publicado no dia 07 de setembro de 1951 no Jornal *O Intransigente*, em plena agitação da campanha pela implantação da *Semana Inglesa* no comércio central da cidade de Itabuna, que já tinha sido legalizada em julho daquele corrente ano, pela lei nº 111, mas suspensa por um Mandado de Segurança empreitado por alguns comerciantes. A lei nº 111 alterou diretamente a realidade social dos empregados do comércio de Itabuna, os quais passaram a contar, por direito, com mais tempo livre.

A divulgação da notícia de “independência” dos empregados do comércio de Itabuna foi publicada no mesmo dia e mês em que ocorreu a “autonomia” da política brasileira. Neste ponto, é observável que os movimentos sociais buscavam ter um referencial que fosse amplamente reconhecido e respeitado como forma de legitimar suas reivindicações. Ambos os movimentos foram fatos históricos que marcaram de diferentes maneiras a nossa sociedade.

A luta pela adoção da *Semana Inglesa* foi um movimento coletivo pelo fechamento das portas do comércio central aos sábados, ao meio dia. Passou-se dos acordos verbais com o patrão, das ‘concessões’ ou dos ‘favores’, que só alimentavam a política de exploração da dominação, para ser regulamentada por lei. Neste período, algumas firmas comerciais da cidade de Itabuna já vinham adotando esse sistema, mas foi uma grande vitória, visto a maioria do comércio ainda manterem suas portas abertas nos sábados à tarde.

Os protestos e as lutas políticas dos empregados do comércio foram de fundamental importância para que esta conquista obtivesse êxito. Desde o Império existiam manifestações de trabalhadores ligados ao comércio Fabiane Popinigis em *Proletários de Casaca* aborda as

*Graduanda do curso de História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Email – Cintradea@hotmail.com.

práticas e estratégias de luta dos caixeiros, denominação à época dos que se dedicavam aos diversos segmentos que trabalhavam no comércio.

“O termo ‘caixeiro’ é corrente desde a época do Brasil Colônia. Posteriormente, eles seriam chamados também de ‘empregados do Comércio’ e, finalmente, ‘comerciários’, como os conhecemos hoje” (POPINIGIS, 2007: 33). No final do século XIX, esta profissão abrangia diversas funções, principalmente, nos pequenos comércios, pois eles atendiam o balcão, pesavam, embrulhavam, vendiam, limpavam as mercadorias, faziam as entregas e muitos ainda eram responsáveis pelos livros de contas. Esta diversidade de serviços perdurou por muito tempo. Neste período, os empregados enfrentavam várias horas de trabalho e condições degradantes atribuídas pelos patrões.

Os caixeiros se sujeitavam diversas vezes às condições de exploração pela perspectiva de ascender à condição de burguês. Para Mário Augusto da Silva citado por Fabiane Popinigis

tudo o que se tem dito, porém, sobre a promoção do empregado a dono de estabelecimento tenta, mascarar o óbvio: os exemplos saltam à vista, justamente porque não constituem regra, mas sim a exceção. Citam-se os caixeiros que chegaram a comerciantes, mas baixa o silêncio sobre os que não conseguiram. E estes são a esmagadora maioria. (SILVA, apud POPINIGIS, 2007: 153)

Mantinhavam-se uma imagem de cordialidade entre empregados e patrões, mas em momento algum os trabalhadores deixaram de ter objetivos próprios e, ao contrário do que muitos pensam havia divergências, pois os trabalhadores não ‘aderiam totalmente ao mundo do patrão’. Os empregados utilizavam diversas brechas para conseguirem seus objetivos.

A Sociedade dos Caixeiros do Estado da Bahia foi fundada em 1876 e era essencialmente recreativa. Apenas em 19 de janeiro de 1900 seria criada a Associação dos Empregados no Comércio da Bahia (AECB). Entre as suas reivindicações, estaria o fechamento das portas.

O Sindicato dos Empregados do Comércio do Município de Itabuna foi inaugurado em 20 de maio de 1946, por iniciativa dos “trabalhadores Osvaldo Benevides, Edson Botelho, José Pereira Rabelo, Alvinor Lima e Diógenes Ribeiro”(ARAÚJO, 2009: 28). Ainda não foi possível encontrar fontes que permitissem vislumbrar elementos da trajetória de vida destes fundadores, se eram nascidos na região, idéias políticas dos mesmos ou as relações que possuíam com o poder público e os comerciantes, ou sua representatividade frente aos trabalhadores do comércio. Este sindicato mobilizou diversas lutas para a melhoria de vida da

classe trabalhadora, dentre elas, a *Semana Inglesa* que foi uma grande reivindicação dos comerciários de Itabuna, a qual passou a ser anunciada pela mídia a partir de 1948.

O ano de 1951 testemunhou uma verdadeira mobilização em torno da regulamentação da *Semana Inglesa*. No dia 17 de fevereiro de 1951, o jornal *Voz de Itabuna* noticiou que “os comerciários novamente se movimentavam a fim de obterem a implantação da *Semana Inglesa* (nome primitivo do novo horário de funcionamento do comércio nas cidades modernas) na cidade de Itabuna” (*Voz de Itabuna*, 17/02/1951).

No início do movimento, final da década de 40, os comerciários itabunenses conduziram o movimento a partir principalmente de negociações, procurando fazer acordos com os comerciantes, antes de recorrerem ao Poder Executivo ou Legislativo, pois eles não queriam conflitos.

Neste período, início da década de 1950, predominava a lógica paternalista, tanto nas relações com o poder público quanto com os comerciantes e, com base neste sistema os empregados do comércio criavam uma série de expectativas fundamentadas na tradição. No paternalismo pregado e idealizado pelos senhores, o empregado transformava a vontade do patrão em sua própria, evitando os conflitos de classes, reforçada pela solidariedade vertical entre patrão e empregado. No entanto, para Fabiane Popinigis “as aparentes atitudes submissas não significariam passividade, mas, ao contrário, a estratégia de agir dentro das ‘regras’ para conseguir seus objetivos, além da própria sobrevivência” (POPINIGIS, 2007: 124).

Outra causa possível dos comerciários terem primado pelo acordo de início, possa ter sido a de evitar levar aborrecimentos aos poderes públicos, pois estes trabalhadores talvez tivessem pretensão de obterem ajuda junto a esses órgãos para construção da sede do Sindicato dos Empregados do Comércio da Cidade de Itabuna. Uma vez que, “o terreno deste sindicato havia sido doado pela prefeitura, na Rua Sete de Setembro, conforme publicado no Diário Oficial de nº 938” (*Jornal Oficial*, 29/11/1949). E, em um dos artigos desta lei de adoção, a prefeitura determinou que o sindicato teria que dar início a construção da sede dentro do prazo de três anos, sob pena de adoção caducar, revertendo a área ao patrimônio do município.

Outro motivo levantado pelo jornalista do *Voz de Itabuna*, foi “o respeito exagerado pelas Excelências, receio de ferir melindres ou o formalismo desta e daquela autoridade” (*Voz de Itabuna*, 10/10/1951).

No ano de 1951, muitas cidades já haviam adotado o sistema da *Semana Inglesa*, que consistia no fechamento do comércio aos sábados ao meio dia. Entre estas cidades estavam Ilhéus (cidade adjacente), Distrito Federal, São Paulo e Niterói. Em um dos esclarecimentos à população e aos interessados em geral sobre a *Semana Inglesa*, o Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio do Município de Itabuna, Antonio Sampaio Quadros, citou o tópico do Jornal *Classe Comerciaria de Niterói*, edição de 30 de outubro de 1948, um artigo referente à sua classe: “Consegue o fechamento do comércio aos sábados às 12:00 horas (*Semana Inglesa*) graças ao benemérito Dr. Brigido Tinoco então prefeito de Niterói, que sancionou aquela lei, em 24 de outubro de 1948” (Jornal O Intransigente, 07/07/1951).

Na maioria das cidades do Brasil, em que a *Semana Inglesa* foi estabelecida no comércio, não foi alcançada através de acordos entre patrão e empregados e sim, à lei municipal o fator decisivo.

Em Itabuna, a luta dos comerciários para a implantação da *Semana Inglesa* no comércio central durou muitos anos. Sendo que, esta já prevalecia há muito tempo na cidade em órgãos estaduais e, em 1936, o prefeito Claudionor Alpoim “estabeleceu a Resolução de nº 03, que determina a inserção da *Semana Inglesa* na Prefeitura Municipal” (Jornal Oficial, 17/10/1936).

Diante do exposto e da resistência da Associação Comercial de Itabuna e de seus comerciantes, que se foram omissos e se mostraram relutantes perante as solicitações e ofícios encaminhados a esta entidade para inserção da *Semana Inglesa* no comércio, os comerciários representados por seu sindicato enviaram ao prefeito Miguel Fernandes Moreira um extenso memorial.

Neste, a classe de comerciários solicita a implantação da *Semana Inglesa* e expõe ao poder executivo todas tentativas que foram desprendidas para obter um acordo junto aos comerciantes, no entanto, todas sem êxito. As dificuldades e as lutas ficam evidenciadas nessas partes do memorial encaminhado ao poder executivo da cidade de Itabuna em 23 de fevereiro de 1951:

Em 24 de abril de 1948, esta sociedade pugnando pelos interesses da classe, dirigiu um ofício ao Sr. Presidente da Associação comercial desta cidade solicitando a fineza de convocar os comerciantes local para numa reunião juntamente com os diretores deste sindicato [...] das possibilidades da criação da semana inglesa para o comercio central desta cidade. Em 06 de março do mesmo ano respondeu nos aquela Associação através do seu secretário ‘que a medida solicitada é mais da alçada dos poderes públicos’, [...] em 15 de maio do mesmo ano, dirigimos um ofício a Associação Comercial, reafirmando nosso ponto de vista com referencia a Semana Inglesa expressando a nossa vontade de fazermos um acordo[...] com os Srs. Comerciantes [...] em 22 de junho daquele ano os

diretores da Associação Comercial, retraindo-se ao nosso pedido, convocaram os comerciantes para uma reunião, a fim de tratarem do assunto aludido, porém não nos dando direito de participar daquela reunião, proibindo-nos até de apreciarmos a mesma [...] de defender a nossa reivindicação.(O Intransigente, 28/02/1951).

Nestas citações, fica explícito à situação de pouco caso e de falta de respeito por parte dos comerciantes itabunenses com os empregados do comércio, os quais exerciam fundamental papel na dinâmica cotidiana da economia e nas relações de trabalho.

Contém, neste memorial, um resumo do ocorrido na sessão promovida pela Associação Comercial no de 22 de julho de 1948: no início da reunião “o presidente da Associação colocou em votação se todos deveriam ter conhecimento das cartas dos comerciantes que se posicionavam contrários a *Semana Inglesa*. Os presentes responderam que sim”(O Intransigente, 28/02/1951).

O segundo ponto de votação apresentado pelo presidente da Associação Comercial foi se

Deveria ser considerado ou não o abaixo assinado de 53 comerciantes que apoiavam a nossa causa, com firmas devidamente reconhecidas, registrado, ainda, no Cartório de Registro e Documentos? A respondada minoria, convertida em maioria, foi a seguinte: NÃO. (O Intransigente, 28/02/1951)

A minoria virou maioria. Ou seja, no ano de 1948, a *Semana Inglesa* contava com o apoio de 33 empresas comerciais localizadas no centro de Itabuna, contabilizando, desta forma, a maioria dos comerciantes. Estas empresas, através de um documento, atestavam o apoio à reivindicação dos comerciários. Mas,

*uma minoria de empregadores encabeçados e instigados por um comerciante, ex-comerciário, não satisfeita iniciou um movimento, o qual levou os pequenos comerciantes dos bairros a participarem da sessão aludida, acreditando estes que a *Semana Inglesa* atingia o comércio em geral. Os diretores da Associação Comercial concederam a estes comerciantes o direito de participarem da reunião e votarem sobre a *Semana Inglesa*.(O Intransigente, 28/02/1951)*

Assim, a questão foi decidida por pequenos empregadores que nada tinham a ver com a demanda. Segundo Antonio Sampaio Quadros, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio da Cidade de Itabuna, diante destas circunstâncias, a reivindicação dos comerciários fracassou, nesta tentativa, e a minoria saiu vencedora.

Perante o que foi exposto até o momento pelo presidente do sindicato, já era de se esperar este desfecho. Percebe-se toda uma manipulação por parte dos comerciantes que eram contrários a reivindicação dos comerciários no ano de 1948. Porém, os comerciários não

desistiram, prova é este memorial enviado ao Prefeito Miguel Moreira, no dia 23 de fevereiro de 1951, no qual a classe de empregados do comércio através do sindicato expõe suas inquietudes e solicita apoio do poder Executivo.

No final do memorial, o presidente do sindicato adota argumentos de incremento da produção quando escreve que "a *Semana Inglesa* traz benefícios notáveis, não só a classe comerciária, como também, aos comerciantes [...] pois descansando mais um pouco aos sábados [...] podem enfrentar o trabalho da semana com mais vigor" (O Intransigente, 28/02/1951). Nota-se, que os discursos articulados faziam parte das estratégias de convencimento e reivindicação dos comerciários, que naquele momento deixam o tradicional paternalismo de lado e, vão em busca de solução através da intervenção dos poderes públicos.

Decorridos mais de três meses da entrega deste memorial ao prefeito, sem o mesmo ter apresentado nenhuma solução para a questão, a Câmara de vereadores sentindo a pressão popular e da imprensa, que acompanhou as 'andanças' com grande interesse, inclusive publicando memoriais, abaixo-assinados e posicionamentos de ambos os lados, propõe um projeto de lei para a instituição da *Semana Inglesa* no comércio de Itabuna. A autoria deste projeto foi do vereador Paulo da Silva Ribeiro, nome certamente conhecido entre os populares, pois além de fazer parte do poder legislativo também era "comerciante local, proprietário de uma casa de tecidos nesta praça" (Voz de Itabuna, 20/07/1951).

A sociedade itabunense passa a viver momentos de grande efervescência. Algumas pessoas se posicionavam contrárias à implantação de tal projeto, dentre elas o jornalista Gerson de Souza, que discordavam do posicionamento do referido vereador, visto defenderem "não ser da competência da Câmara decretar tal medida, uma vez que somente aos comerciantes e comerciários é facultado o direito de discutirem o assunto" (O Intransigente, 27/06/1951).

A intervenção das Câmaras legislativas na regulamentação do horário de fechamento do comércio é uma questão antiga, visto que a primeira tentativa de que encontrei registro, de redigir e aprovar uma postura neste sentido ocorreu em 1852, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Os descontentes com o projeto da *Semana Inglesa* buscaram na lei fundamentos para caracterizá-lo de inconstitucional, pois defendiam que este projeto feria a legislação trabalhista vigente. Este grupo apregoava que a legislação federal instituía oito horas de trabalho diário, "se a lei federal fixa tal quantidade de horas, legal não será diminuir-se dita quantidade, por uma lei municipal, como não o será também aumentá-la"(O Intransigente,

27/06/1951). Assim, os que se posicionaram contra o projeto que tramitava na Câmara expressavam que “a implantação da *Semana Inglesa* não era questão de lei municipal, mas tão somente uma concessão feita, resultante de um acordo [...] entre os patrões e empregados” (O Intransigente, 27/06/1951).

Observa-se acima, algumas citações de um artigo escrito pelo jornalista Gerson Souza e publicado no *O Intransigente* no mês de junho. Segundo este jornalista, a luta dos comerciários só iria lograr êxito através de uma ‘concessão’ por parte dos empregadores. Volto-me a história e, percebo que nenhuma vitória dos trabalhadores ou quaisquer melhorias sociais foram adquiridas por meio de concessões. Muito pelo contrário, todas foram e, ousome a dizer, serão obtidas a partir da pressão dos trabalhadores. “Os benefícios nunca são dados ou ‘concedidos’, mas arrancados aos poderes públicos, como o próprio direito à sindicalização, lei de 21 de março de 1884” (POPINIGIS, 2007: 141).

O projeto que cria a *Semana Inglesa* em Itabuna trouxe grande repercussão e agitação à sociedade itabunense, prova são os abaixo-assinados empenhados pelos dois lados. O grupo de comerciantes favoráveis à luta dos comerciários “dirigiram a câmara de vereadores um abaixo-assinado dando irrestrito apoio ao projeto-lei que regula o novo horário do comércio local”. (O Intransigente, 07/07/1951).

Enquanto, os comerciantes que se posicionavam contra a implantação da *Semana Inglesa*, dirigiram um abaixo assinado ao prefeito Miguel Moreira procurando conquistar o veto para o referido projeto.

Neste abaixo-assinado os nobres proprietários utilizaram de vários artifícios e argumentos “maquiados” para tentar convencer o prefeito. Dentre estes, que “seria um violento golpe na economia da cidade, inclusive do Estado, a cidade de Itabuna é, nos sábados, um centro de convergência das pessoas e, os operários encerram o seu trabalho no sábado ao meio dia e fazem as suas compras na parte da tarde”. (O Intransigente, 07/07/1951). Logo, os empregadores apontam que os mais prejudicados no caso do fechamento do comércio seriam a população e os operários que, afinal, também tinham ‘direito de fazer compras’. Percebe-se neste documento como os empregadores tentaram mascarar os fatos, procurando esconder os reais motivos.

Contudo, os dois grupos, os favoráveis e os contra a implantação da *Semana Inglesa*, fundamentavam suas pretensões sempre nas leis como forma de garantir que seus pleitos fossem aceitos e atendidos.

Em meio à falta de consenso, indecisões, diversas interpretações, apelações e controvérsias o “prefeito Miguel Fernandes Moreira estabelece a *Semana Inglesa* no comércio central de Itabuna, sancionando a lei nº 111, que foi promulgada no dia 10 de julho de 1951” (Voz de Itabuna, 20/07/1951).

Com a sanção da lei nº 111, os comerciantes que eram contra esta lei entraram com um Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça para impedir que tal lei vigorasse, “alegando incompetência de poderes (legislativo e executivo) para legislar sobre o assunto” (O Intransigente, 01/08/1951).

Após transcorrido alguns dias, o poder judiciário julgou o Mandado de Segurança, dando parecer favorável a luta dos comerciários, a qual reivindicava a implantação da *Semana Inglesa* no comércio central da cidade de Itabuna.

A luta pela implantação da *Semana Inglesa* no comércio da cidade de Itabuna propõe aos historiadores uma análise das mobilizações feitas pelos comerciários, no período de 1946-1951. Houve um processo histórico, no qual estes trabalhadores passaram da visão paternalista tradicional à luta através de esclarecimento à população e aos poderes públicos dos acontecimentos, redação de memoriais, colhida de assinaturas, escrita de protestos e cartas de consulta a autoridades.

Mas, em momento algum os empregados do comércio deixaram de se articularem e buscar através dos interesses comuns atingirem seus objetivos, pois é “difícil imaginar um ambiente sem conflitos e de total subordinação ideológica mesmo no contexto paternalista em que se estabeleciam as relações de trabalho nas casas comerciais” (POPINIGIS, 2007: 124).

Houve diversas articulações nos locais de trabalho, nos momentos de lazer e socialização, nas relações entre patrões, empregados e autoridades públicas. Entretanto, as lutas dos comerciários para a implantação da *Semana Inglesa* não foram homogêneas. Visto que, os “grupos de trabalhadores manifestam formas ambivalentes de pensar e sentir sua ocupação”. (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004: 17).

Fontes

Jornal Voz de Itabuna

Jornal O Intransigente

Jornal Oficial

Caderno de Indexação das Leis do município – 1931 a 2000. Arquivo Público Municipal de Itabuna. 2002.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Jairo. **História e Imagens do Sindicato dos Comerciários de Itabuna (1972-2000)**. Ilhéus: UESC, 2009. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Unicamp, 2004, 438pp.

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**. Rio de Janeiro: Unicamp, 2007.